

## ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

Processo nº 10831.720034/2023-90

Dispensa de Licitação nº 04/2023

### 1. OBJETO

- 1.1. Realização de inspeção técnica em veículos automotores apreendidos ou a serem apreendidos pela Alfândega da Receita Federal do Brasil em São Paulo- ALF/SPO, pela Alfândega da Receita Federal do Brasil no Aeroporto Internacional de Viracopos – ALF/VCP e pela Alfândega da Receita Federal do Brasil no Aeroporto Internacional de Guarulhos – ALF/GRU, ou entregues a estas pelos órgãos competentes, com emissão de laudo técnico conclusivo.
- 1.2. **Quantidade estimada de veículos a serem vistoriados durante o exercício de 2023: 108 (cento e oito) veículos**, distribuídos conforme tabelas abaixo:

Tabela 1 – Quantidade estimada de veículos a serem vistoriados, segundo o tipo de veículo

Lote	Item - Tipo de Veículo	Quantidade Estimada de Veículos por Item	Total Estimado de Veículos por Lote
1	1 – Veículos leves	46	108
	2 – Veículos pesados	62	

1.2.1. **A quantidade é meramente estimativa e os pagamentos dependerão do número de inspeções técnicas veiculares efetivamente realizadas.**

1.2.2. **Veículos leves** compreendem motocicletas, automóveis, utilitários, SUVs, caminhonetes, caminhonetes, furgões e qualquer outro veículo com peso bruto total inferior ou igual a três mil e quinhentos quilogramas (art. 12, §1º, I, da Resolução Contran nº 798, de 2 de setembro de 2020).

1.2.3. **Veículos pesados** compreendem caminhões truck, bitruck, carretas, bi-trens, sejam em formato baú ou lonado, e qualquer outro veículo com peso bruto total superior a três mil e quinhentos quilogramas (art. 12, §1º, II, da Resolução Contran nº 798, de 2 de setembro de 2020).

- 1.3. **Período de Execução do Serviço:** Exercício financeiro de 2023.
- 1.4. **Local da Prestação de Serviços:** Os veículos serão periciados PREFERENCIALMENTE nos pátios de veículos apreendidos relacionados abaixo, **podendo ser em qualquer um desses pátios ou em outro endereço localizado em um raio de até 50 km (cinquenta quilômetros) de qualquer um dos pátios abaixo relacionados:**

Tabela 2 – Endereços dos pátios

Local	Endereço
1) Alfândega da RFB no Aeroporto Internacional de Viracopos	Rodovia Santos Dumont SP075, Km 66 – Aeroporto de Viracopos em Campinas/SP – CEP 13052-900
2) Depósito de Mercadorias em Araraquara	Avenida Manoel de Abreu, s/n - Km 4,5, Bairro Tutoia – Araraquara/SP – CEP 14806-500
3) Depósito de Mercadorias em Bauru	Rua Halim Aidar, s/nº, Q 05 - Bairro Vila Pacífico – Bauru/SP – CEP 17051-550

4) Depósitos de Mercadorias em São José do Rio Preto	1- Depósito Regional à Avenida Cenobelino de Barros Serra, nº 1600 – Parque Industrial 2- Depósito de Mercadorias na DRF/SJR/SP na Rua Roberto Mange, nº 360 – Chácara Municipal
5) Depósito de Mercadorias em Marília	R. Silvio Bertonha, 825 – Pq das Indústrias (para GPS usar: R. Diogo Terrão Fernandes, 26)
6) Depósito de Mercadorias em Taubaté	Rua Dr Hernani Monteiro Portella, 300 – Loteamento Industrial – Taubaté/SP – CEP 12032-170
7) Base da PF em Sorocaba	Rodoviária Raposo Tavares, Km 103.5 s/n - Jardim Itangua, Sorocaba /SP – CEP 18052-775
8) Base da PRE em Itu	Rodovia Açúcar, 0 - Ch S João – Itu/SP – CEP 13312-250
9) Base da PRE em São Paulo	SP 348, Rod. dos Bandeirantes, Km 20 - Norte, São Paulo/SP – CEP 02675-031
10) Depósito de Mercadorias em Ipiranga – São Paulo	Av. Presidente Wilson, 5325 – Ipiranga – São Paulo/SP – CEP 04220-001

## 2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. As unidades ALF/VCP, ALF/SPO e ALF/GRU recebem de órgãos de segurança e apreendem vários veículos carregados com mercadorias contrabandeadas. Muitos desses veículos são roubados, e após terem identificação adulterada são colocados pelas quadrilhas para transportarem mercadorias do Paraguai, principalmente cigarro. Algumas adulterações são simples, como a simples substituição das placas verdadeiras, mas a maioria dessas adulterações são sofisticadas, incluindo a supressão do número de identificação veicular (NIV) original e a regravação com a identificação de outro veículo similar. Esse processo é conhecido no meio policial como “clonagem” e inclui a falsificação ou obtenção por meios escusos da documentação do veículo original “clonado”. Atualmente, os órgãos policiais não possuem pessoal e estrutura suficientes para a realização de perícias em todos os veículos apreendidos, atendendo somente a solicitações pontuais por parte da ALF/VCP, da ALF/SPO e da ALF/GRU ou no interesse de inquéritos policiais, quando abertos.
- 2.2. Dessa maneira, na falta de pessoal especializado, muitas autuações são feitas sem a realização de perícia. Geralmente, é aplicada a pena de perdimento do veículo transportador, e os proprietários, bem como os condutores dos veículos são autuados e representados criminalmente pelo crime de contrabando e descaminho.
- 2.3. Após a tramitação do devido processo administrativo, os veículos são destinados mediante leilão, doação a entidades sem fins lucrativos ou incorporação ao patrimônio da RFB ou de outro órgão da administração pública. De acordo com o §6º do art. 29 do Decreto-Lei nº 1.455/1976, “*serão expedidos novos certificados de registro e licenciamento de veículos em favor de adquirente em licitação ou beneficiário da destinação de que trata este artigo, mediante a apresentação de comprovante da decisão que aplica a pena de perdimento em favor da União, ficando os veículos livres de multas, gravames, encargos, débitos fiscais e outras restrições financeiras e administrativas anteriores a tal decisão...*”.
- 2.4. Para dar cumprimento a essa determinação, a RFB, antes da destinação, solicita a baixa de restrições administrativas, financeiras e até judiciais dos veículos declarados perdidos em favor da Fazenda Nacional. Além disso, posteriormente à destinação, o beneficiário desta solicita ao órgão de trânsito a desvinculação dos débitos de IPVA, licenciamento e multas impostas ao veículo anteriormente à data de decretação de perdimento.

- 2.5. Ocorre que muitas vezes se têm detectado em momento posterior à lavratura do auto, algumas vezes até após a destinação, que o veículo é adulterado. Tal situação leva à retificação do auto de infração, gerando a retirada do proprietário do veículo original “clonado”, com a devida retificação do processo de multa aduaneira e a alteração na representação fiscal para fins penais. Além disso, as restrições administrativas, financeiras e judiciais porventura baixadas do prontuário do veículo original clonado são recompostas.
- 2.6. No caso de o veículo adulterado ter sido leiloado, é necessário ainda recebê-lo de volta do arrematante e proceder à restituição com correção pela SELIC do valor pago pela arrematação.
- 2.7. As situações relatadas trazem enormes prejuízos, inclusive de imagem, à Receita Federal do Brasil. Tal dano é causado perante os proprietários dos veículos originais clonados, e autuados indevidamente, aos órgãos de trânsito, às seguradoras, às secretarias estaduais de fazenda, aos beneficiários de destinações e aos arrematantes de veículos em leilão e à Justiça. Além disso, as unidades da RFB precisam direcionar os escassos recursos de pessoal para retificar processos, gerando enorme retrabalho.
- 2.8. Tendo em vista o elevado número de ocorrências de adulterações nos veículos apreendidos e pelo enorme transtorno causado pela descoberta posterior da adulteração, é importantíssimo à realização de inspeção técnica em todos os veículos apreendidos, para que se tenha certeza da identidade dos veículos, antes da lavratura dos autos de infração.
- 2.9. Essa inspeção técnica não constitui atividade inerente às categorias funcionais abrangidas pelo plano de cargos da RFB e pode ser objeto de execução indireta, mediante contratação, já que não se enquadra nas vedações previstas no art. 3º do Decreto nº 9.507/2018 e atende o parágrafo único do art. 1º da Portaria do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão nº 442/2018.

### **3. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

- 3.1. A contratação fundamenta-se no art. 24, inc. II, da Lei nº 8.666/1993, enquadrando-se em dispensa de licitação em razão do baixo valor econômico.

### **4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

- 4.1. O objeto é a realização de inspeção técnica em veículos automotores apreendidos ou a serem apreendidos pelas unidades da RFB, ou entregues a estas pelos órgãos competentes, com o objetivo de se verificar prioritariamente a integralidade do Número de Identificação Veicular (NIV), número do motor e outras partes (número da carroceria, caixa de câmbio, eixos, etc) de modo a se obter, de modo inequívoco, a comprovação de que o veículo não se encontra adulterado ou clonado, e nesses casos, se obter, quando possível, a identificação do veículo primitivo/originário. Além de verificar a integralidade do NIV do veículo, deverá ser verificada a existência de compartimentos ocultos e modificações estruturais efetuadas com o propósito de armazenar ou transportar mercadorias ou substâncias ilícitas.
- 4.2. Para atender à demanda, o FORNECEDOR deverá, através de pessoal próprio capacitado, e utilizando seus próprios equipamentos executar as seguintes verificações, entre outras que se fizerem necessárias:
  - 4.2.1. **Identificação Veicular**
    - 4.2.1.1. Deverão ser analisados os principais itens de identificação de um veículo: gravação do Número de Identificação Veicular - NIV (chassi), nº motor, nº caixa de câmbio, nº caixa de câmbio, nº carroceria, gravação nos vidros e para-brisas, etiquetas e plaquetas de identificação e placas de licença.

- 4.2.1.2. A identificação da gravação do Número de Identificação Veicular (NIV) gravado no chassi ou lataria deverá ser feita através de exame físico, com o uso de equipamentos e remoção de pintura, se necessário, onde se verifiquem e colem no mínimo os seguintes dados:
- a) localização da/das gravação/gravações;
  - b) disposição dos caracteres, forma e tamanho (calibre);
  - c) alinhamento, espaçamento e profundidade da gravação;
  - d) sinais do uso de solda parcial/total, repintura, uso de massa plástica ou quaisquer outros vestígios de adulteração na superfície suporte da numeração;
  - e) nos veículos de placas estrangeiras deverá ser verificado a autenticidade da gravação do chassi, e a inexistência de vestígios de gravações anteriores de chassi, especialmente nos casos de veículos comercializados no Brasil.
- 4.2.1.3. No caso do motor, caixa de câmbio e carroceria, deverão ser verificados:
- a) numeração em baixo-relevo (localização, disposição, forma e tamanho dos caracteres);
  - b) existência de indícios de regravação/adulteração na numeração original;
  - c) plaquetas/etiquetas de identificação: existência, autenticidade, situação dos rebites, indícios de retirada ou transplante.
- 4.2.1.4. Deverá ser coletado o NIV do computador de bordo do veículo, caso existente.
- 4.2.1.5. Para as etiquetas ou plaquetas de identificação deverá ser verificado:
- a) a existência das etiquetas ou plaquetas de identificação com os caracteres VIS (número sequencial de produção) previstos nas Resoluções CONTRAN nº 659/1985, 691/1988 e 24/1998, localizados no assoalho, coluna da porta dianteira lateral direita, no compartimento do motor, nos para-brisas e vidros, quando existentes.
  - b) a existência da plaqueta com o ano de fabricação do veículo, conforme exigido pelo artigo 3º da Resolução Contran nº 24/1998;
  - c) as etiquetas e plaquetas encontradas deverão ser cuidadosamente analisadas com fim de atestar se são originais, se estão danificadas, implantadas, removidas, transplantadas, ilegíveis, sem impressão ou divergentes;
  - d) os vidros deverão ser analisados para verificação de ocultação, remoção, regravação ou indícios de substituição.
- 4.2.1.6. As placas de licença deverão ser analisadas para se verificar se o lacre está íntegro, se o fabricante da placa traseira é o mesmo da placa dianteira e se a série alfanumérica identifica corretamente o estado de origem e o ano do primeiro emplacamento.
- 4.2.1.7. O Certificado de Registro e Licenciamento do Veículo – CRLV e o Certificado de Registro de Veículo – CRV, quando disponíveis, deverão ser examinados para verificação de sua autenticidade, através da análise dos elementos de segurança (tipo de papel, impressão, calcografia, impressão de segurança, microimpressões, imagem latente) e de vestígios de adulteração (raspagem, rasura, erros de impressão).
- 4.2.2. **Emissão de Laudo Técnico Conclusivo**
- 4.2.2.1. Após a coleta, todos os dados deverão ser criticados e analisados. Nessa análise criteriosa deverá ser verificada a correspondência dos elementos encontrados no veículo analisado com os padrões de fabricação de cada modelo, de acordo com seu ano de fabricação e do batimento entre as informações encontradas (gravações do NIV no chassi x gravações vidro x etiquetas x plaquetas x número motor ou agregados), da decodificação do NIV com as características do veículo analisado (versão, cor, ano fabricação, ano modelo, etc), com o Certificado de Registro e Licenciamento do Veículo – CRLV, quando disponível e finalmente com os dados constantes do sistema BIN/RENAVAM e das bases dos departamentos de trânsito estaduais (DETRAN'S).

- 4.2.2.2. Após a análise, o FORNECEDOR deverá **concluir se foi, ou não, identificada a existência de compartimentos ocultos e modificações estruturais efetuadas com o propósito de armazenar ou transportar mercadorias ou substâncias ilícitas, e se foram encontradas, ou não, evidências de adulteração nos dados identificadores (Número de Identificação Veicular – VIN e numeração de motor e câmbio) e se estão, ou não, de acordo com a placa do veículo examinado. No caso de adulteração, deverá, também, concluir a condição do veículo (adulterado com identificação do primitivo e adulterado sem identificação do primitivo).**
- 4.2.2.3. Caso **se conclua que existe adulteração no veículo, devem-se efetuar outras análises para se identificar o veículo primitivo.** Essas análises devem incluir a verificação de outros componentes do veículo, como caixa de câmbio, caixa de direção, carroceria, eixos, diferencial, bomba injetora, sistemas eletrônicos, entre outros, para colher elementos (número de peças/partes, datas de fabricação, etc) que possam identificar o veículo primitivo/original junto aos fabricantes, através de solicitação da ficha de montagem de fábrica (Carta-Lauda).
- 4.2.2.4. **A condição de veículo adulterado sem identificação do primitivo ou laudo não conclusivo deverá ser excepcional e devidamente justificada pelo FORNECEDOR,** devendo ser analisada pela fiscalização do contrato. Somente deverá ser aceita inspeção que produza esse resultado se o FORNECEDOR comprovar que a adulteração é de ótima qualidade, que os elementos originais do veículo (gravação do NIV, gravação número motor, número caixa de câmbio, número carroceria, etiquetas, gravação vidros, dentre outras) foram todos suprimidos sem possibilidade de recuperação que não seja através de exame químico de responsabilidade exclusiva de perito criminal.
- 4.2.2.5. Caso o FORNECEDOR necessite, para a conclusão do laudo, de outras informações que a ADMINISTRAÇÃO possua ou possa requerer, esta poderá fornecê-los sem ônus para o FORNECEDOR, caso não seja proibido por lei. Caso o FORNECEDOR assuma o encargo de buscar ou de fornecer essas informações complementares, ficará suspenso até a sua entrega o prazo dado para o FORNECEDOR entregar o laudo técnico conclusivo, desde que o FORNECEDOR proceda de acordo com o subitem 4.3.7.1 deste Termo de Referência.
- 4.2.2.6. O FORNECEDOR deverá entregar um laudo conclusivo para cada veículo inspecionado, e junto com cada laudo o relatório com as pesquisas e exames realizados, fotos do veículo e de seus principais elementos identificadores (placas de licença, etiquetas, plaquetas, gravação do NIV no chassi/monobloco, numeração do motor e outras que fizerem prova das conclusões, bem como de eventuais modificações encontradas).
- 4.2.2.7. O laudo deverá ser datado, numerado e assinado pelo responsável técnico da empresa. O FORNECEDOR deverá também fornecer arquivos digitais dos laudos, documentos e fotos relativos às inspeções.
- 4.2.2.8. Após a emissão da nota de empenho, **será definido pelo FORNECEDOR e pelo Fiscal Administrativo um modelo de laudo a ser utilizado, o qual poderá ser aperfeiçoado no decorrer da execução dos serviços.**

#### 4.3. Forma de Prestação dos Serviços

- 4.3.1. Os veículos serão periciados PREFERENCIALMENTE nos pátios de veículos apreendidos relacionados no subitem 1.4. deste Termo de Referência, podendo ser em qualquer um dos endereços apresentados, ou em um raio de até 50 km destes.
- 4.3.2. O FORNECEDOR arcará com os todos os custos pela movimentação, aberturas e desmontagens que sejam necessárias nos veículos para se ter acesso aos seus elementos identificadores, sendo que todos os equipamentos e ferramentas necessárias à execução dos serviços serão de sua responsabilidade.



- 4.3.3. O FORNECEDOR se responsabiliza pela integridade dos veículos inspecionados, mantendo-os se possível trancados e no mesmo estado em que se encontravam no momento do recebimento para inspeção, remontando todos os itens que tenham sido removidos para coleta dos dados, sendo que estes não podem ser movimentados sem prévia autorização da ADMINISTRAÇÃO e nunca devem ser retirados do pátio.
- 4.3.4. Todos os equipamentos e ferramentas necessárias à execução dos serviços serão de responsabilidade do FORNECEDOR.
- 4.3.5. Todos os funcionários do FORNECEDOR deverão portar crachás de identificação e deverão ser previamente cadastrados nos controles das unidades ou dos depósitos armazenadores, para poderem ter acesso aos locais da prestação dos serviços, se submetendo aos controles impostos por essas unidades.
- 4.3.6. Os acionamentos dos serviços serão por ordem de serviço, e em função do volume, poderão ser diários, semanais, quinzenais ou mensais.
- 4.3.6.1. **A ordem de serviço será enviada ao e-mail indicado pelo FORNECEDOR** e indicará quais veículos serão vistoriados a cada acionamento e a respectiva localização destes.
- 4.3.7. **O prazo para apresentação do laudo conclusivo é de 10 dias úteis**, contados da data de envio da ordem de serviço pela ADMINISTRAÇÃO ao e-mail indicado pelo FORNECEDOR.
- 4.3.7.1. Em caso de impossibilidade de atendimento do prazo acima estipulado, o FORNECEDOR deverá apresentar justificativa fundamentada com exposição dos motivos para dilação do prazo, tais como dificuldade de agendamento junto aos depósitos, necessidade de carta-laudo, dificuldade na definição sobre o primitivo, entre outros.

## **5. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO OBJETO**

- 5.1. O representante da ADMINISTRAÇÃO deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das obrigações previstas neste Termo de Referência.
- 5.2. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pelo FORNECEDOR ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente.
- 5.3. As atividades de gestão e fiscalização da execução do objeto devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.
- 5.4. A fiscalização técnica avaliará constantemente a execução do objeto.
- 5.5. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer ao FORNECEDOR a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.
- 5.6. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto do FORNECEDOR a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
- 5.7. Em hipótese alguma, será admitido que o próprio FORNECEDOR materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
- 5.8. O FORNECEDOR poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

- 5.9. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções ao FORNECEDOR de acordo com as regras previstas neste Termo de Referência.
- 5.10. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.
- 5.11. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.
- 5.12. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do FORNECEDOR, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da ADMINISTRAÇÃO ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

## **6. CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO**

- 6.1. Na avaliação da execução do objeto poderá haver o redimensionamento no pagamento, por meio de mecanismos para avaliação da prestação de serviços, sempre que o FORNECEDOR:
- a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
  - b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 6.2. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:
- 6.2.1. Qualidade do atendimento;
  - 6.2.2. Conformidade da prestação do serviço com as disposições deste Termo de Referência relativas à inspeção técnica veicular;
  - 6.2.3. Conformidade da prestação do serviço com as disposições deste Termo de Referência relativas à elaboração de laudo técnico conclusivo.
- 6.3. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o FORNECEDOR:
- 6.3.1. Não produziu os resultados acordados.
  - 6.3.2. Deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida.
  - 6.3.3. Deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

## **7. RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO**

- 7.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo do objeto contratual, nos termos abaixo.
- 7.2. No prazo de até 5 (cinco) dias corridos do adimplemento da parcela, o FORNECEDOR deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual.

- 7.3. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:
- 7.3.1. A ADMINISTRAÇÃO realizará verificação minuciosa de todos os documentos referentes aos serviços executados, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.
    - 7.3.1.1. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos ao FORNECEDOR, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.
    - 7.3.1.2. O FORNECEDOR fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
    - 7.3.1.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.
  - 7.3.2. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento dos documentos do FORNECEDOR, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.
    - 7.3.2.1. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
    - 7.3.2.2. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.
    - 7.3.2.3. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.
- 7.4. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:
- 7.4.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao FORNECEDOR, por escrito, as respectivas correções;
  - 7.4.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
  - 7.4.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.
- 7.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade do FORNECEDOR pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).
- 7.6. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no



prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas do FORNECEDOR, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

## **8. PAGAMENTO**

- 8.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.
- 8.2. Quando houver glosa parcial dos serviços, a ADMINISTRAÇÃO deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.
- 8.3. O pagamento será efetuado pela ADMINISTRAÇÃO no prazo de *30 (trinta)* dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.
- 8.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, ou ainda não sendo o FORNECEDOR cadastrado no SICAF, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais.
- 8.5. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
  - 8.5.1. O prazo de validade;
  - 8.5.2. A data da emissão;
  - 8.5.3. Os dados do contrato e do órgão da ADMINISTRAÇÃO;
  - 8.5.4. O período de prestação dos serviços;
  - 8.5.5. O valor a pagar; e
  - 8.5.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 8.6. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o FORNECEDOR providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a ADMINISTRAÇÃO.
- 8.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 8.8. Antes de cada pagamento ao FORNECEDOR, será realizada consulta ao SICAF ou aos sítios eletrônicos oficiais para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- 8.9. Constatando-se, junto ao SICAF ou aos sítios eletrônicos oficiais, a situação de irregularidade do FORNECEDOR, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da ADMINISTRAÇÃO.
- 8.10. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a ADMINISTRAÇÃO deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do FORNECEDOR, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 8.11. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a ADMINISTRAÇÃO deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

- 8.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.
- 8.13. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa da ADMINISTRAÇÃO, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.
- 8.14. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o FORNECEDOR não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

## **9. OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO**

- 9.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo FORNECEDOR, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.
- 9.2. Rejeitar no todo ou em parte, os Laudos Técnicos Conclusivos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo FORNECEDOR.
- 9.3. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços por servidor ou comissão especialmente designados, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.
- 9.4. Notificar o FORNECEDOR por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por elas propostas sejam mais adequadas.
- 9.5. Pagar ao FORNECEDOR o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência.
- 9.6. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura do FORNECEDOR, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.
- 9.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.
- 9.8. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.
- 9.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pelo FORNECEDOR.

- 9.10. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo FORNECEDOR, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

## **10. OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR**

- 10.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta.
- 10.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.
- 10.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a ADMINISTRAÇÃO autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos ao FORNECEDOR, o valor correspondente aos danos sofridos.
- 10.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.
- 10.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF ou em sites dos órgãos públicos pertinentes, o FORNECEDOR deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) Certidão de Regularidade do FGTS - CRF; e 4) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017.
- 10.6. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 10.7. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela ADMINISTRAÇÃO ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 10.8. Paralisar, por determinação da ADMINISTRAÇÃO, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 10.9. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.
- 10.10. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 10.11. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na dispensa de licitação;
- 10.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.
- 10.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto

inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do §1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.14. Planejar o cronograma de execução do serviço, caso este não possa ser realizado em um único dia.

## 11. REAJUSTE

11.1. O preço total ofertado é válido, fixo e irrevogável.

## 12. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. As condutas que podem ensejar a aplicação das sanções administrativas estão previstas na Lei nº 8.666, de 1993.

12.2. Pela infração às condições constantes deste instrumento, a ADMINISTRAÇÃO poderá, garantido o contraditório e a ampla defesa, aplicar ao FORNECEDOR as seguintes sanções:

12.2.1. **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das condições constantes no Termo de Referência consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos ao objeto deste.

12.2.2. **Multas**, que deverão ser recolhidas, no prazo de até 30 (trinta), contados do recebimento da Notificação, por meio de Guia de Recolhimento da União – GRU, a ser preenchida de acordo com instruções fornecidas pela Administração:

12.2.2.1. **De 0,5% (meio por cento)** sobre o preço total ofertado por dia de atraso no prazo previsto para entrega do objeto deste instrumento, limitado a 10% (dez por cento) do referido valor, por ocorrência.

12.2.2.2. **De até 5% (cinco por cento)** sobre o preço total ofertado, por infração a qualquer condição estabelecida neste instrumento, com exceção da especificada acima, e aplicada em dobro na sua reincidência.

12.2.2.3. **De 10% (dez por cento)** do preço total ofertado, pela recusa em reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir qualquer laudo pericial rejeitado, relacionado ao objeto deste instrumento, caracterizando-se a recusa, caso a correção ou substituição não se efetive nos 5 (cinco) dias que se seguirem à data da comunicação formal da rejeição.

12.2.2.4. **De 20% (vinte por cento)** sobre o valor total ofertado, em caso de inexecução parcial das condições assumidas.

12.2.3. **Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública**, por prazo não superior a 2 (dois) anos, pela inexecução total das condições assumidas, quando essa falta acarretar significativo prejuízo à Administração.

12.3. Para efeito de aplicação das multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

**Tabela 1**

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,5% ao dia sobre o valor referente à ordem de serviço a ser executada ou em execução

2	1,0% ao dia sobre o valor referente à ordem de serviço a ser executada ou em execução
3	1,5% ao dia sobre o valor referente à ordem de serviço a ser executada ou em execução
4	2,0% ao dia sobre o valor referente à ordem de serviço a ser executada ou em execução
5	2,5% ao dia sobre o valor referente à ordem de serviço a ser executada ou em execução

**Tabela 2**

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados;	03
Para os itens a seguir, deixar de:		
4	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
5	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço;	01
6	Cumprir quaisquer dos itens do Aviso de Dispensa e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03

12.4. Se o valor da multa não for pago, ele será descontado de eventual crédito do FORNECEDOR, ou, ainda, será inscrito em Dívida Ativa da União e cobrado judicialmente.



- 12.5. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 12.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao FORNECEDOR, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- 12.7. O direito de defesa será exercido perante o Chefe do Sepol/ALF/SPO, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data de recebimento da Notificação, cabendo recurso dirigido ao Delegado da Alfândega da Receita Federal do Brasil em São Paulo, em igual prazo, da decisão proferida pela autoridade.
- 12.8. Na aplicação das sanções serão considerados, observado o princípio da proporcionalidade:
- 12.8.1. A natureza e a gravidade da infração cometida.
  - 12.8.2. O caráter educativo da pena.
  - 12.8.3. As peculiaridades do caso concreto.
  - 12.8.4. As circunstâncias agravantes ou atenuantes.
  - 12.8.5. Os danos que dela provierem para a Administração Pública.
- 12.9. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
- 12.10. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

### **13. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

- 13.1. As despesas correntes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2023, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: 0001/170533

Fonte: 0150251030

Programa de Trabalho Resumido: 171552

Natureza de Despesa: 339039

PI: OUTRCUSTEIO

### **14. RESPONSÁVEL PELO TERMO DE REFERÊNCIA**

- 14.1. Este Termo de Referência foi elaborado pela Seção de Programação e Logística da Alfândega da Receita Federal do Brasil no Aeroporto Internacional de Viracopos – ALF/VCP, em conformidade com suas atribuições legais e regimentais, respeitado o interesse e a conveniência da Administração.

**RODRIGO VESULE FERNANDES**  
**Chefe da SAPOL/ALF/VCP**